

**CONTRATO Nº 071/CEGÁS/2022**  
**PROCESSO VIPROC Nº 04215257/2022**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS E (O)A EMPRESA LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S/A, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS situada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo**, e pelo Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e a **LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S/A**, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Deputado Rubens Granja nº 121, Térreo, bairro Sacomã, CEP: 04.298-000, Fone: (11) 3742.4050 / 3141.6206, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 02.491.558/0001-42, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Diretor Presidente **Paulo Emilio Pimentel Uzêda**, brasileiro, e pela Procuradora **Valkiria Nakamashi**, todos com endereço profissionais na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220009/CEGÁS e seus anexos, os preceitos do direito privado, a Lei Federal nº 13.303/2016 e o Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS e ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA**

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20220009/CEGÁS, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. Constitui objeto deste contrato o serviço de locação de veículos, sem motorista, todos devidamente regularizados com documentação, impostos e seguros atualizados e franquias com quilometragem livre, para serem utilizados em todo território nacional, visando atender às necessidades da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: Empreitada por preço global.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO**

5.1. O preço contratual global importa na quantia de R\$ 539.400,00 (quinhentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais), referente ao item 2 do Anexo I – termo de Referência, sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta, conforme art. 37, XXI da Constituição Federal e art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001.

5.1.1. Será adotado para fins de reajuste, a aplicação do índice econômico IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

DS  
HSDPJ

## CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mensal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato, no protocolo da CEGÁS, para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados na **primeira quinta-feira após 15 (quinze) dias** do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

6.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20210009/CEGÁS.

6.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.3.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.4. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios oriundos da CEGÁS.

## CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) meses, contado a partir da sua celebração.

8.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 58 (cinquenta e oito) meses, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

8.3. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos art. 172 a 177 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

8.4. A publicação resumida do contrato dar-se-á nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

8.5. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 171 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

## CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor deste contrato, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

9.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

9.3. A garantia prestada, de acordo com o estipulado neste instrumento, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016 e § 4º do art. 159 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.

9.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

9.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.5.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**

### **10.1 Quanto à entrega:**

10.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº 20220009/CEGAS, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar do recebimento de cada ordem de serviço ou instrumento equivalente, na Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, no endereço Avenida Washington Soares, nº 6475, bairro José de Alencar, Fortaleza/CE, nos horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

10.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

### **10.2. Quanto ao recebimento:**

10.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

10.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

11.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CEGÁS, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CEGÁS proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

11.3.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação.

11.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

11.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CEGÁS, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CEGÁS.

11.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

11.9. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016.

11.10. Disponibilizar nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015, vagas de empregos a presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional e aos jovens do sistema socioeducativo entre 16 e 18 anos, que estejam cumprindo medida de semiliberdade. Caso a execução contratual não necessite, ou necessite de 5 (cinco) ou menos trabalhadores, a reserva de vagas será facultativa.

11.10.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo, contemplados com a reserva de vagas.

11.11. Registrar e licenciar no Estado do Ceará os veículos automotores, objeto do contrato que atuarem neste Estado, conforme preceituam os arts. 1º e 3º da Lei 17.080, de 23 de outubro de 2019.

11.12. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CEGÁS ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

11.13. Possuir e manter base operacional na Região Metropolitana de Fortaleza, informando sua localização no ato da assinatura do contrato, podendo a CEGÁS fazer diligência à base sempre que julgar necessário.

11.14. Possuir e manter infraestrutura para serviços de manutenção, reparo e lavagem dos veículos, bem como para atendimento de todas as demais obrigações contratuais, no município de Fortaleza.

11.15. Deverá ser entregue juntamente com os veículos a documentação do DETRAN já mencionando gasolina/álcool no “tipo de combustível”, além de 02 (duas) cópias da chave para todos os veículos. Em caso de alteração de característica dos veículos proveniente da realização de plotagem deverá constar, também, as devidas informações nos documentos.

11.16. Contratar seguro total para os veículos locados, com atendimento 24h (vinte e quatro horas) para socorro mecânico e total cobertura contra quebra de para-brisa, incêndio, roubo ou danos pessoais e material causados a terceiros e/ou ocupantes do veículo locado, decorrentes de colisão ou acidentes, bem como as responsabilidades civis por qualquer ato relacionado ao uso do veículo, conforme legislações próprias.

11.17. Apresentar à CEGÁS no ato da entrega dos veículos, a apólice do seguro contratado, devendo ser substituída anualmente, em decorrência da sua renovação.

11.18. Substituir o veículo tipo sedan por novo após 24 (vinte e quatro) meses ou sempre que atingirem 40.000 (quarenta mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro, e para a camioneta após 36 (trinta e seis) meses ou sempre que atingirem 100.000 (cem mil) quilômetros rodados.

11.19. A substituição mencionada no item 11.18 será realizada desde que solicitada pela equipe de fiscalização do contrato, com base em avaliação prévia acerca das condições do veículo em uso.



11.20. Lavar, aspirar e higienizar os veículos, em suas instalações, ou em empresas conveniadas, na frequência necessária e sempre que disponibilizados pela CEGÁS. Os produtos e equipamentos utilizados para este fim deverão estar de acordo com a legislação ambiental vigente e serão suportados pela CONTRATADA.

11.21. Uma vez por semana, em dia a ser acordado com a CEGÁS, a CONTRATADA deverá disponibilizar estrutura (equipamentos, insumos, mão de obra etc.) para a lavagem dos veículos, na Sede da Contratante em Fortaleza.

11.22. Prestar serviços de manutenção e efetuar os consertos, reparos e substituições de peças e acessórios, em decorrência de desgaste, sem ônus para a CEGÁS. A manutenção da frota pode ser conceituada como sendo um conjunto de ações voltadas diretamente para a conservação de veículos e equipamentos de transportes objetivando mantê-los sempre em condições de funcionamento e de utilização, visando minimizar custos e maximizar o tempo disponível para operação.

11.23. No caso de manutenção, revisão, conserto, roubo, furto, acidente, incêndio, colisão, arrombamento, capotagem, etc. de veículo locado, o mesmo deverá ser substituído, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, por outro veículo do mesmo ano/modelo, com as mesmas especificações, inclusive quanto aos limites de quilometragem, no mesmo estado de conservação e com os mesmos acessórios, ficando o veículo substituto submetido ao mesmo regime de contratação.

11.24. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá buscar o veículo em local indicado pela CEGÁS, no Estado do CEARÁ para realização de serviço mecânico, consertos ou manutenção e substituição de peças e/ou acessórios, se for o caso. Inicialmente, o veículo será lotado na cidade de Fortaleza, podendo haver alterações a critério da CEGÁS.

11.25. Entregar, no caso de substituição definitiva de qualquer veículo, seja por roubo, incêndio ou acidente com perda total, outro veículo, no mínimo, do mesmo ano/modelo, no mesmo estado de conservação, com as mesmas especificações e acessórios, inclusive quanto aos limites de quilometragem, no prazo máximo de 24 horas a contar da solicitação da CEGÁS.

11.26. Quando da ocorrência de infração de trânsito cometida por motorista indicado da CEGÁS, fica a CONTRATADA obrigada a encaminhar a Notificação de Autuação de Infração de Trânsito – NAI em tempo hábil para defesa se for o caso, sob pena de arcar com as despesas decorrentes da infração.

11.27. Em caso de apresentação de defesa, quando negada pelo órgão de trânsito, fica a CONTRATADA obrigada a encaminhar a Notificação de Imposição Penalidade – NIP em tempo hábil para reapresentação da defesa, se for o caso, sob pena de arcar com as despesas decorrentes da infração.

11.28. Quando da ocorrência de infração de trânsito cometida por preposto da CONTRATADA, fica a mesma responsável pelo pagamento da infração, sem nenhum ônus e responsabilidade para a CEGÁS.

11.29. Quando da ocorrência de sinistro, sendo comprovada a responsabilidade de preposto da CONTRATADA, fica a mesma responsável pelo pagamento dos valores referentes ao reparo e substituição de peças e acessórios danificados, sem nenhum ônus e responsabilidade para a CEGÁS.

11.30. Em caso de sinistros causados por terceiros, cabe à CONTRATADA adotar as medidas no sentido de buscar o ressarcimento dos danos junto ao terceiro causador, ainda que na esfera judicial, sem ônus e responsabilidade para a CEGÁS, cabendo a ela somente informar todos os dados referentes ao terceiro envolvido.

### **11.31. OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Entregar os veículos em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações exigidas.
- II. Acionar a seguradora nos casos de sinistro.

DS  
ASDFJ

- III. Renovar o licenciamento dos veículos nos prazos estabelecidos pelos órgãos competentes, observando a legislação em vigor.
- IV. Indicar preposto para tratar de assuntos relacionados com a execução do contrato e com poderes para solucionar problemas que possam surgir durante a execução do contrato.
- V. Disponibilizar serviço de atendimento ao cliente, 24 (vinte e quatro) horas diariamente, incluindo finais de semana e feriados, mediante atendimento telefônico e correio eletrônico.
- VI. O serviço de atendimento 24 horas deve cobrir no mínimo os seguintes serviços: remoção de veículo, reparo no local, troca de pneus e chaveiro.
- VII. Submeter, os veículos às revisões programadas pelos fabricantes dentro dos prazos e quilometragens estabelecidos.
- VIII. Realizar manutenções corretivas nos veículos sempre que estas forem necessárias, mesmo fora dos planos normais de manutenção preventiva.
- IX. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- X. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- XI. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- XII. Relatar a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- XIII. Não permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- XIV. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XV. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato bem como comprometer-se a não divulgar informações referentes ao CONTRATANTE, sem prévia anuência deste.
- XVI. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei Federal nº 13.303/2016.
- XVII. A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.
- XVIII. A CONTRATADA deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e/ou baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos do artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

XIX. Substituir o veículo tipo sedan por novo após 24 (vinte e quatro) meses ou sempre que atingirem 40.000 (quarenta mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro, e para a picape após 36 (trinta e seis) meses ou sempre que atingirem 100.000 (cem mil) quilômetros rodados.

XX. A substituição mencionada no item acima será realizada desde que solicitada pela equipe de fiscalização do contrato, com base em avaliação prévia acerca das condições do veículo em uso.

XXI. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA, ou seu prestador de serviço, deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

11.32. Disponibilizar a Contratante, mensalmente, os seguintes documentos: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

12.7. Colocar o veículo à disposição da CONTRATADA para manutenção, nos prazos determinados pelo fabricante e constantes do Manual do Proprietário, para as revisões obrigatórias, sob pena de responder pela perda da garantia, se houver.

12.8. Devolver o veículo substituto, no retorno da manutenção ou revisão do veículo locado, sob pena do mesmo ficar sujeito ao Sistema de Locação Diária, adotado pela CONTRATADA, no prazo máximo de 03 (três) dias, ficando passível de busca e apreensão na forma da Lei, se assim não ocorrer.

DS  
HSDFJ

12.9. Reembolsar à CONTRATADA, contra apresentação do comprovante de pagamento, os valores referentes à reparo e/ou substituição de peças e acessórios danificados em decorrência do mau uso, quando dirigidos por funcionários da CEGÁS, comprovado por laudo especializado, sem nenhum ônus para a CONTRATADA, respeitando o disposto no subitem DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Gerente Administrativa Patrícia Lima de Araújo Aguiar, como Gestora do Contrato e pelo Técnico de Processos Organizacionais, Henrique Douglas dos Santos Mendes, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela contratante, nos termos do art. 192 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e art. 258 do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, as seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência;

#### **14.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:**

a) Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite do percentual fixado na alínea “e”, hipótese que pode resultar na rescisão da avença. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

d) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deste contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2. A CEGÁS dará publicidade da sanção administrativa para registro no Cadastro de Fornecedores do Estado.

14.3. A multa a que porventura a CONTRATADA der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução deste contrato, reservando-se a CONTRATANTE o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

14.3.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a contratada recolherá a multa por meio de depósito bancário, podendo ser substituído por outro instrumento legal em nome da CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

DS  
HSDP



14.4. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade, previsto no art. 259 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

14.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

15.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a CONTRATADA deverá concordar e autorizar que, na hipótese deste contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução deste contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução deste contrato.

15.4. A CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em Lei se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução deste contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Não será admitida a subcontratação.

DS  
ASDFJ

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MATRIZ DE RISCOS

17.1. Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado ao Anexo I - Termo de Referência do edital Pregão Eletrônico nº 20220009/CEGÁS, os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

17.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na tabela abaixo Eventos Matriz de Riscos o CONTRATADO deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar à CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

17.2.1. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais ao CONTRATADO. Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente o CONTRATADO do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

17.2.2. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Das Sanções Administrativas.

17.2.3. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos na tabela abaixo Eventos Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente ao CONTRATADO, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pelo CONTRATADO.

17.3. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em prazo hábil.

17.3.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

17.3.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17.3.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro.

17.3.3.1. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e, mesmo assim, a manutenção do Contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes, ou for excessivamente onerosa.

17.3.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17.4. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, não previstos na tabela abaixo Eventos Matriz de Riscos serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

DS  
HSD/FJ

| EVENTO MATRIZ DE RISCOS |   |   |                   |                        |
|-------------------------|---|---|-------------------|------------------------|
| ITEM                    | TIPO DE RISCO   | MOTIVO  | RESPONSABILIDADES |                        |
|                         |   |   | CONTRATADA        | CEGÁS                  |
| 1                       | ATRASSO NO INÍCIO, NÃO REALIZAÇÃO, REDUÇÃO DA PRODUTIVIDADE OU PARALISAÇÃO DAS ENTREGAS PROGRAMADAS   | DEVIDO A INTEMPÉRIES  | X                 |                        |
| 2                       | INTERRUPÇÃO DO CONTRATO EM VIGOR  | INTERRUPÇÃO DO CONTRATO VIGENTE POR OUTRA EMPRESA CAUSANDO PARALISAÇÃO DO CONTRATO EM ANDAMENTO.                                |                   | X                      |
| 3                       | FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E/OU EQUIPAMENTOS PELO CONTRATADO, QUE NÃO ATENDAM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS NO EDITAL PELO CONTRATANTE. | MATERIAIS, INSUMOS E/OU EQUIPAMENTOS EM DESCONFORMIDADE COM OS REQUISITOS TÉCNICOS E CONTRATUAIS.                               | X                 |                        |
| 4                       | ATRASSO NO PAGAMENTO DO OBJETO  | PROBLEMA COM FLUXO DE CAIXA DA CONTRATANTE.   |                   | X                      |
| 5                       | ATRASSO NO PAGAMENTO DO OBJETO.   | FALTA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM CONTRATO PARA PAGAMENTO.   | X                 |                        |
| 6                       | CUSTOS DE AÇÕES TRABALHISTAS E/OU PREVIDENCIÁRIAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO.  | CUSTOS DE CONDENAÇÕES NO PAGAMENTO DE AÇÕES TRABALHISTAS OU PREVIDENCIÁRIAS DE PROFISSIONAIS DO CONTRATADO E/OU SUBCONTRATADOS. | X                 |                        |
| 7                       | ATRASSO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO   | ATRASSO POR PARTE DO CONTRATANTE NA DISPONIBILIZAÇÃO DO PROJETO.  |                   | X                      |
| 8                       | NÃO INÍCIO OU PARALISAÇÃO ENTREGAS CONTRATADAS.   | PROBLEMAS COM SUPRIMENTOS DE INSUMOS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, PESSOAL   | X                 | <sup>DS</sup><br>HSDPJ |

|    |  |   |   |  |
|----|--|---|---|--|
|    |  | CAPACITADO, ETC.<br>RESPONSABILIDADE DO<br>CONTRATADO,<br>NECESSÁRIOS À<br>EXECUÇÃO DO<br>CONTRATO.   |   |  |
| 9  | ATRASSO NO<br>ENCERRAMENTO DAS<br>ENTREGAS<br>CONTRATADAS.   | ATRASSO POR PARTE DO<br>CONTRATADO DA<br>DOCUMENTAÇÃO<br>TÉCNICA EXIGIDA PELO<br>CONTRATANTE:<br>RELATÓRIO TÉCNICO,<br>CHECKLIST, ETC.  | X |  |
| 10 | OCORRÊNCIA DE<br>INCIDENTES OU<br>ACIDENTES NO<br>TRANSCORRER DO<br>CONTRATO.  | EXECUÇÃO DE TRABALHO<br>FORA DAS CONDIÇÕES<br>EXIGIDAS EM CONTRATO,<br>NORMAS<br>REGULAMENTADORAS,<br>PADRÕES DE SMS DA<br>CONTRATANTE, ETC.,<br>PODENDO CAUSAR OU<br>CAUSANDO<br>INCIDENTES/ACIDENTES. | X |  |
| 11 | PARALISAÇÃO DOS<br>SERVIÇOS<br>CONTRATADOS, PELA<br>CONTRATANTE OU<br>ÓRGÃOS DE<br>FISCALIZAÇÃO, EM<br>DECORRÊNCIA DE<br>CONDIÇÕES DE RISCOS<br>GRAVE E IMINENTES<br>AOS TRABALHADORES,<br>MEIO AMBIENTE OU<br>COMUNIDADE. | EXECUÇÃO DE TRABALHO<br>FORA DAS CONDIÇÕES<br>EXIGIDAS EM CONTRATO,<br>LEGISLAÇÃO DE<br>SEGURANÇA E SAÚDE DO<br>TRABALHO E AMBIENTAL.   | X |  |

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes nos art. 233 e 234, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS, será causa para sua rescisão, na forma do art. 235 com as consequências previstas no art. 236, do mesmo diploma legal.

18.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

DS  
HSDPJ





## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO


19.1. Fica eleito o Foro do município da sede da CONTRATANTE para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza/CE,

DocuSigned by:  
  
03082C56B36D4DE  
**HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**  
Diretor Presidente  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:  
  
8E5C9CE948FF4E3  
**LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO**  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:  
  
C1EFB5E3200E454  
**PAULO EMILIO PIMENTEL UZÊDA**  
Diretor Presidente  
Localiza Veículos Especiais S/A

DocuSigned by:  
  
794A538A9D18437...  
**VALKIRIA NAKAMASHI**  
Procuradora  
Localiza Veículos Especiais S/A

## Testemunhas:

DocuSigned by:  
  
26E0E4849939412

Nome:

CPF:

DocuSigned by:  
  
ED9525CED614EF

Nome:

CPF: